

Caríssima(o) Associada(o),

É com uma combinação de emoções que apresento o livro do Grupo de Trabalho **Acesso à Justiça I**, do XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013. Sinto-me realizado, alegre e com o sentimento de dever cumprido ao constatar a qualidade e quantidade dos trabalhos de cada GT. Por outro lado, a emoção da despedida igualmente se faz presente e, nesse particular, quero desejar muito sucesso à nova diretoria e, em especial, ao nosso novo presidente Professor Raymundo Juliano do Rego Feitosa.

Registramos a nossa particular felicidade ao constatar que, mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo mais de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 40 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas *stricto sensu* na área do Direito. Ao longo desses últimos 04 (quatro) anos fizemos o Direito ser respeitado e ouvido em todos os órgãos governamentais e não governamentais, além de florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O nosso XXII Congresso Nacional foi marcado por um duplo sentimento. Primeiro, o de *desafio* – já que foi sediado por uma Instituição nova no sistema de Pós-Graduação (UNINOVE). Segundo, de gratidão, já que sinaliza o encerramento de minha gestão, ao longo de dois biênios, à frente da Diretoria do CONPEDI.

O Congresso teve como pano de fundo a temática sobre “a sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade”. Nada mais atual e relevante. De fato, o limiar do século XX e início do atual, notadamente marcado pelo processo de globalização, impõe uma série de desafios ao Direito. Os diversos processos de integração em curso questionam dogmas e impõem dificuldades às teorias do direito, trazendo obstáculos mais complexos a serem vencidos. Há desafios até mesmo para definirmos períodos, como alguns tentam e enfrentam nos conceitos da pós-modernidade ou modernidade líquida, para ficarmos em alguns dos mais recorrentes.

Desde os seus objetivos e características, o Estado-Nação necessita de um novo olhar com novos mecanismos de efetividade do Direito. Com efeito, se o acesso à justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, principalmente pelos novos canais abertos pela Constituição Federal brasileira, que recentemente comemorou bodas de prata, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo! Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e, consequentes, novos parcelamentos de 8, 10 e 15 anos das dívidas dos entes federativos e o julgamento da chamada ADI do “calote dos precatórios”, que foi debatida entre nós em um dos painéis do evento. Não há dúvida sobre a necessidade de uma nova Teoria do Estado, que reconheça as importantes contribuições da chamada cidadania regional e universal para que possamos avançar na democracia e nas promessas não cumpridas da modernidade.

Sob essa bandeira, foram debatidos, ao longo dos 04 (quatro) dias de evento, uma cadeia de temas relevantes como (1) a filosofia e processo em tempos de protagonismo judicial, (2) reforma eleitoral e política, (3) desobediência civil, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) combate à corrupção; (7) direito e desenvolvimento; (8) Neoconstitucionalismo e Estado Plurinacional; (9) Princípios do Direito Comercial; (11) jurimetria; (12) hermenêutica e discricionariedade judicial; (13) Direito do Trabalho na Contemporaneidade; (14) precatórios e direitos fundamentais; (15) Direito Civil na Sociedade Global; (16) ética e empresa; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) consumo e sustentabilidade; (21) mestrado profissional; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) diálogo entre cortes e ordenamentos jurídicos. Isso sem dizer que também tivemos os fóruns dos coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito - FEPODI e, ainda, a exposição de pôsteres pelos pós-graduandos e graduandos em iniciação científica, que entendemos fundamental não apenas para melhor prepararmos os futuros mestrados, mas também como forma de contribuição e inserção da pós-graduação na graduação do Direito.

Importante destacar e reconhecer neste último triênio, a grande liderança do Prof. Martônio Mont`Alverne Barreto Lima, coordenador da área, que magistralmente soube conduzir o Direito com muito diálogo, presença e competência. Com isso, e aliado ao grande esforço que os programas fizeram nos últimos anos, hoje já podemos comparar nossos números e critérios com os das demais áreas do conhecimento. De fato, conseguimos reunir dados e estudos para podermos com mais consciência questionar os critérios de qualidade e de internacionalização da nossa e das demais áreas.

Outro ponto destacado deste último triênio e que merece ser referido foi o engajamento do CONPEDI e seus associados na luta pela qualidade da educação jurídica na graduação. Foi por isso que nos unimos à ABEDI, OAB/Federal e outras entidades não apenas para organizarmos importantes publicações sobre o ensino e a pesquisa jurídica, mas do mesmo modo eventos de divulgação e críticas aos recentes documentos elaborados pelo MEC. E foi também por isso que tornamos permanente um espaço na programação dos nossos eventos, destinado aos graduandos. Nesse sentido, demos continuidade a nossa política de construção de pontes, mas com independência, em favor de um direito crítico, emancipatório e de qualidade.

Cumpramos consignar a grande aproximação que desenvolvemos com o IPEA nos últimos anos, que permitiu a concretização de uma série de projetos como o livro “Direito e desenvolvimento”, que foi lançado no Congresso, além de um aumento significativo de investimentos na área jurídica deste reconhecido instituto, que já beneficiou um grande número de pesquisadores, revistas, programas da nossa área e o próprio CONPEDI.

Finalmente, não poderia concluir sem destacar o grande esforço de toda a equipe da UNINOVE – desde os professores, passando pelos discentes de graduação e pós-graduação e colaboradores -, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso evento. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

São Paulo, primavera de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente do CONPEDI

Apresentação

Em mais uma oportunidade o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) promoveu fundamentais reflexões e produtivos debates: seu XXII Congresso Nacional, promovido pela UNINOVE na Capital paulista entre 13 e 16 de novembro de 2013, com o apoio da PUC/SP e da USP, enfocou, com considerável proveito, a *“Sociedade Global e seus impactos sobre o estudo e a afetividade do Direito na contemporaneidade”*.

Tivemos a honrosa e grata satisfação de coordenar o Grupo de Trabalho “Acesso à Justiça I”, temática que centraliza os estudos de milhares de estudiosos de ciências humanas e sociais há considerável tempo.

Os desafios para superar obstáculos no acesso à justiça, a despeito de terem sido abordados desde antes da clássica obra de Mauro Cappelletti e Bryant Garth publicada na década de 70, continuam sendo diuturnamente constatados, sendo imperiosa a permanente vigilância para que a promessa constitucional não se torne mais uma pauta descumprida.

Assuntos ligados ao acesso à justiça seguem sendo de suma relevância no Brasil não apenas para o desenvolvimento da ciência jurídica, mas também para a efetiva concretização de direitos fundamentais.

Os trabalhos apresentados neste Grupo de Trabalho revelaram multifacetadas abordagens sobre interessantes temas. A fim de emprestar melhor organicidade a esta coletânea, os trabalhos foram reunidos e divididos em três partes: na primeira, foram encartados os artigos que tratam das diretrizes fundamentais do tema; na segunda, as discussões em torno das soluções de disputas e a tutela coletiva; na terceira e última, foram encartados os trabalhos que trataram de aplicações em áreas específicas.

Os estudos aqui encartados revelam a maturidade dos pesquisadores e como o tema vem se fortalecendo no campo da pesquisa em Direito. Resenhas literárias, pesquisas de campo, comparações com outros sistemas jurídicos, interdisciplinaridade.

Presenciou-se desde artigos preocupados com a dogmática jurídica e a técnica processual, passando pelos estudos em torno dos métodos alternativos de solução de conflitos, chegando ao interessantíssimo tema da ‘desjudicialização’ pela via dos cartórios extrajudiciais. Explorou-se o

conceito de acesso à Justiça de forma a abranger políticas públicas de inclusão de hipossuficientes, judicialização das relações sociais, métodos alternativos de resolução de controvérsias, reflexões filosóficas, reestruturação judiciária etc.

Registramos nossos cumprimentos ao CONPEDI e a cada um dos autores dos artigos que compõem esta obra pela caprichada articulação dos temas.

Esperamos que o leitor possa, como nós, aprender e refletir sobre assuntos tão significativos, desejando que as leituras frutifiquem em útil inspiração para somar forças na concretização das desejadas mudanças de rumos necessárias para o efetivo acesso à justiça.

Boa leitura!

Coordenadoras:

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Bonetti Couto

Prof^ª. Dr^ª. Maria dos Remédios Fontes Silva

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Tartuce